DANIEL RODRIGUES COSTA

PRECATÓRIO\$

NEGÓCIOS, MERCADO E REGULAÇÃO

FCRUM

Aprofunde seus conhecimentos no mercado de precatórios, que, em suas variadas formas, tem movimentado, anualmente, bilhões de reais em negócios jurídicos celebrados no Brasil. Este livro aborda os aspectos fundamentais dos precatórios e as mais diferentes modalidades de investimentos, incluindo as recentes atualizações regulatórias e a possibilidade de transferência digital de direitos pessoais patrimoniais garantidos por processos judiciais e precatórios.

Com análises detalhadas das principais decisões proferidas pela CVM, BACEN e CRSFN em relação à atividade desempenhada por plataformas eletrônicas de investimento e crédito, discorre-se acerca das regulamentações estabelecidas pela Resolução CVM nº 88/2022 para o *crowdfunding* de investimento, pela Resolução CMN nº 4.656/2018 para *fintechs* de crédito e pela Resolução CMN nº 4.935/2021 para os correspondentes de instituições financeiras.

O livro aborda não somente os aspectos negociais dos precatórios, mas também detalha os inúmeros riscos que envolvem o investimento e as diversas possibilidades de seu uso como moeda de troca, a partir do estudo sobre as Emendas Constitucionais nº 113 e 114, as Resoluções CNJ nº 448/2022 e 482/2022, a Resolução CJF nº 822/2023, os Decretos da presidência e as Portarias da AGU e da PGFN. Portanto, destina-se a todos os interessados em conhecer mais sobre o mercado de precatórios e todas as alternativas envolvidas.

PRECATÓRIOS

NEGÓCIOS, MERCADO E REGULAÇÃO

Área específica
DIREITO EMPRESARIAL.

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO REGULATÓRIO.

Público-alvo/consumidoresPRECATÓRIOS. MERCADO. REGULAÇÃO.
CROWDFUNDING. CROWDLENDING (P2P).
CORRESPONDENTE DE INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm CÓDIGO SANKHYA: 3023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C837p Costa, Daniel Rodrigues

Precatórios: negócios, mercado e regulação / Daniel Rodrigues Costa. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

292p. 14,5x21,5cm ISBN 978-65-5518-562-1

1. Precatórios. 2. Regulação. 3. Crowdfunding. 4. Crowdlending (P2P). 5. Correspondente de instituição financeira. I. Título.

CDD: 347.05 CDU: 347.9

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Rodrigues. *Precatórios*: negócios, mercado e regulação. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 292p. ISBN 978-65-5518-562-1.

Daniel Rodrigues Costa

Advogado e empresário com vasta experiência acadêmica e profissional no ramo dos precatórios. É graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e possui pós-graduação em Finanças, Investimentos e *Banking* pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Além disso, é mestre em Direito pela UFMG, com foco na área de estudo do Sistema Financeiro Nacional, incluindo negócios, regulação e tutela nos âmbitos administrativo sancionador e penal.

SUMÁRIO

INTR	ODUÇÃO	11
C A DÍT	ΓULO 1	
	CATÓRIO: LEGISLAÇÃO, CONCEITO, FORMAÇÃO,	
	ZATORIO: LEGISLAÇÃO, CONCEITO, FORMAÇÃO, CIONAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E DÍVIDA	17
1.1	Evolução legislativa	
1.2	Precatório e ofício requisitório	
1.3	Regime geral e especial	
1.4	Diferença entre precatório e requisição de pequeno valor	
1.5	Pagamento não integral (parcial)	
1.6	Administração e Fazenda Pública	
1.7	Panorama geral e dívida consolidada	42
CAPÍ	TULO 2	
	STÕES REFERENTES AO PAGAMENTO DAS JISIÇÕES	45
2.1	Juros e correção	
2.2	Leilão e acordo	
2.3	Recebimento preferencial por idade avançada ou doença grave	
2.4	Precatório como moeda de troca: diferentes usos	
2.4.1	Compensação	
2.4.2	Compra de imóveis públicos	
2.4.3	Pagamento de outorga de delegações de serviços públicos	
2.4.4	Aquisição, inclusive minoritária, de participação societária	
2.4.5	Compra de direitos disponibilizados para antecipação de valores a serem recebidos em contratos de partilha de petróleo	78
2.5	Precatório cancelado e devolvido ao Tesouro Nacional	
2.6	A possibilidade jurídica da cessão das requisições de pagamento	
CAPÍ	TULO 3	
A NE	GOCIAÇÃO DE PRECATÓRIOS	89
3.1	Os interesses econômicos envolvidos na negociação de créditos lastreados em precatórios	90
3.2	Procedimento para transmissão de precatórios	
3.2.1	Investir adquirindo o precatório diretamente do titular	
3.2.2	Aquisição de quotas de FIDC e FIDC-NP	
3.2.3	Aquisição de créditos derivados de precatórios por meio de	
	plataformas eletrônicas	107
	ΓULO 4	
RISC	OS A PONDERAR	109
4.1	Riscos inerentes à atuação da sociedade tomadora via plataformas eletrônicas	110
4.1.1	Penhora	110
4.1.2	Recuperação judicial e falência	115
4.2	Risco de reconsideração da decisão que homologa a cessão de crédito: atos, vícios e ações judiciais	122
4.2.1	Negócio jurídico inexistente	124
4.2.2	Causas de invalidade dos negócios jurídicos e fundamento para ações judiciais	126
4.2.2.1	Simulação	
4222	-	131

4.2.2.3	Coação	133
4.2.2.4	Dolo	135
4.2.2.5	Estado de perigo	138
4.2.2.6	Lesão	139
4.2.2.7	Fraude contra credores	141
4.2.2.8	Ação anulatória, declaratória e pauliana	143
4.2.3	A ineficácia da cessão de crédito	146
4.2.3.1	Condição	147
	Termo	
4.2.3.3	Encargo ou modo	149
4.3	Risco de cancelamento do precatório por vícios no processo que o originou	
4.3.1	Ato processual	
4.3.2	A sanabilidade dos vícios	
4.3.3	Ação rescisória	
4.3.4	Querela nullitatis insanabilis	
4.4	Riscos políticos e legislativos	
CAPÍT	TULO 5	
A NE	GOCIAÇÃO DE DIREITOS PESSOAIS PATRIMONIAIS	
BASE	ADOS EM PRECATÓRIOS SE SUJEITA À REGULAÇÃO ANCO CENTRAL DO BRASIL E DA COMISSÃO DE	
DO B	ANCO CENTRAL DO BRASIL E DA COMISSÃO DE DRES MOBILIÁRIOS?	175
5.1	Regulação exercida pelo BACEN	
5.2	Regulação exercida pela CVM	
5.2.1	Situações em que os contratos de investimento coletivos são	160
5.2.1	valores mobiliários. Aplicação do <i>Howey Test</i>	189
5.2.2	Títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira	
	podem ser valores mobiliários? Aplicação do <i>Reves Test</i>	199
5.3	Negociação de direitos pessoais patrimoniais baseados em	
	precatórios via plataformas eletrônicas	206
5.3.1	Via plataformas de crowdfunding	213
5.3.2	Por instituições financeiras	225
5.3.2.1	Via plataforma eletrônica mantida por correspondente de IF	227
5.3.2.2	Via plataforma eletrônica mantida por SEP	230
5.3.3	Via plataformas eletrônicas não reguladas	238
CONC	CLUSÃO	249
REFER	RÊNCIAS	255